

A. I. N° - 110526.0169/09-1
AUTUADO - COSAN COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES S.A.
AUTUANTE - ANTÔNIO ARAÚJO AGUIAR
ORIGEM - IFMT/METRO
INTERNET - 25.02.2010

2ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N° 0011-02/10

EMENTA: ICMS. SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA. (OPERAÇÃO COM ÓLEO LUBRIFICANTE) FALTA DE RETENÇÃO DO IMPOSTO. EXIGÊNCIA DO IMPOSTO. Os documentos trazidos aos autos demonstram que o sujeito passivo se encontra inscrito junto ao Estado na condição de contribuinte substituto, e que o ICMS relativo a mercadoria constante do documento fiscal foi regularmente recolhido a favor do estado da Bahia, dentro do prazo previsto no Convênio 110/07. Infração elidida. Auto de Infração **IMPROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração, lavrado em 05/06/2009, refere-se à exigência de R\$ 8.618,26 de ICMS, acrescido da multa de 60%, por falta de retenção do ICMS substituição nas operações de saídas de mercadorias sujeitas à antecipação tributária. De acordo com a descrição dos fatos, foi constatada a falta de recolhimento do ICMS relativo à antecipação tributária referente ao DANFE (Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica) de número 65840, emitido em 01/06/2009 (fls. 10).

O autuado apresenta impugnação às fls. 48 a 56, alegando que a acusação fiscal de que não houve recolhimento do ICMS devido pelo regime de substituição tributária não corresponde à realidade dos fatos, tendo em vista que o pagamento do imposto foi efetuado regularmente.

Frisa que em razão de um regime especial concedido, encontra-se cadastrado na condição de substituto tributário no recolhimento do ICMS-ST sobre as operações de comércio atacadista de lubrificantes, documento à fl. 86, e que em razão disso, tem o direito de recolher o ICMS-ST mensalmente e não antecipadamente quando da entrada da mercadoria no Estado da Bahia.

Explica que embora tenha cometido o equívoco de deixar de mencionar sua inscrição estadual de substituto tributário no DANFE n° 65840, não deixou de recolher o ICMS-ST relativo à operação ali consignada.

Registra que conforme se pode verificar na GNRE - Guia Nacional de Recolhimento de Tributos Estaduais e no Relatório de Vendas Interestaduais do seu estabelecimento, no período de 01.06.09 até 30.06.09, o valor do ICMS-ST retido e recolhido em razão da operação de venda de óleo lubrificante relacionada no DANFE n° 65840, foi de R\$ 10.395,35, lembrando que é superior ao exigido no Auto de Infração.

Frisa que na página 169 (fl.255 dos autos) do referido Relatório de Vendas Interestaduais, encontra-se o total geral do ICMS-ST incidente nas operações realizadas no período de 01.06.09 até 30.06.09, que é exatamente o valor total recolhido através da GNRE, qual seja R\$ 660.361,23.

Conclui que tendo em vista que o pagamento do ICMS-ST exigido no Auto de Infração foi devidamente realizado, entende que não há qualquer argumento que justifique tal exigência, e que o Auto de Infração deve ser julgado improcedente.

Argumenta que como não deixou de reter e recolher o ICMS-ST na venda interestadual de óleo lubrificante, não é devida também a exi

Entende que se alguma multa tivesse de ser aplicada seria a referente ao equívoco de falta de informação do número de sua inscrição estadual no DANFE, na condição de substituto tributário. Reproduz Acórdão JJF nº 0161/99 da 1ª Junta de Julgamento Fiscal, com julgamento nessa direção.

Conclui pedindo que o Auto de Infração seja julgado improcedente.

O autuante apresenta informação fiscal, à fl. 259, dizendo que “identificou que a NFe 65840, de óleo lubrificante a ser consumido no Estado da Bahia, identificava como destinatário uma empresa estabelecida no território do Estado de origem da mercadoria, entendeu que a omissão do número de inscrição do substituto tributário na SEFAZ/BA resultaria falta de pagamento do imposto à Bahia se confirmando no próprio relatório de lançamento de notas fiscais das operações interestaduais da impugnante (fls. 124, 129, 162, 163 e 212), porque os campos do CNPJ da destinatária da nota fiscal indicando 999.999.999-99 denunciavam, diz que à inconsistência numérica apresentada apenas nesta operação, que o sistema de controle das notas fiscais das operações interestaduais não reconheceu a NFe 65840 (destinatária estabelecida no Estado de origem) e que, se não fosse pela intervenção fiscal, o valor destacado à título de substituição tributária seria, creditado em favor do Estado onde se encontra domiciliado o destinatário da nota fiscal e não em favor da unidade federativa destinatária da mercadoria.”

VOTO

Da análise acerca das peças e comprovações que compõem os autos, constato que a autuação fiscal é decorrente da falta de retenção e o conseqüente recolhimento do ICMS pelo contribuinte, na qualidade de sujeito passivo por substituição, relativo às operações subseqüentes, nas vendas realizadas a contribuinte localizado no Estado de origem, de óleo lubrificante, para ser consumido no estado da Bahia, cuja mercadoria se encontrava acobertada pela Nota Fiscal Eletrônica/DANFE nº 65840, sem o comprovante de recolhimento do imposto, por não constar o número de inscrição estadual do remetente, demonstrando se encontrar inscrito na condição de substituto tributário, neste Estado.

Não resta dúvida que o autuante na condição de preposto fiscal na fiscalização de mercadorias em trânsito agiu de forma correta, visto que efetivamente o documento fiscal mencionado acima, deveria estar acompanhado do comprovante de recolhimento do ICMS substituído, uma vez que na referida nota fiscal não consta o número de inscrição estadual do remetente para que em consulta pudesse se constatar de que se encontrava inscrito junto ao Estado na condição de substituto tributário.

O Decreto nº 5.378 de 26 de abril de 1996, atribui à condição de substituto tributário aos distribuidores, nas saídas internas de lubrificantes derivados ou não de petróleo (art.1º, II, “c”). Por outro lado, o Convênio 110/07, que dispõe sobre o regime de substituição tributária nas operações com combustíveis e lubrificantes, derivados ou não de petróleo e com outros produtos, autorizou aos Estados e o Distrito Federal, quando destinatários, atribuir ao remetente de combustíveis e lubrificantes a condição de sujeito passivo por substituição tributária, relativamente ao ICMS incidente sobre as operações com esses produtos. O Estado da Bahia por sua vez, fazendo uso dessa disposição, fez constar no art. 377, do RICMS/97 essa possibilidade, impondo exigências para a concessão da inscrição cadastral nesse sentido.

O sujeito passivo juntou à fl. 86, Documento de Informação Eletrônica, demonstrando que antes da ação fiscal se encontrava inscrito junto a este Estado, na qualidade de contribuinte substituto tributário, alegando que “embora tenha cometido o equívoco de não mencionar a sua inscrição nessa condição na Nota Fiscal Eletrônica, não deixou de recolher o imposto atinente à operação ali consignada” e que o fez, inclusive em valor maior que o exigido no Auto de Infração.

Saliento que o mencionado Convênio nº 110/07, em sua cláusula “...”, “...”, “...” imposto retido deverá ser recolhido até o 10º (décimo) dia subseqüente...

apuração em que tiver ocorrido a operação, a crédito da unidade federada em cujo território se encontra estabelecido o destinatário das mercadorias.”

Na defesa o sujeito passivo trouxe aos autos cópias de relatório das vendas interestaduais (fls. 88 a 255), demonstrando que a Nota Fiscal Eletrônica/DANFE de número 65840 se encontra inserida no mencionado relatório, às fls. 124, 129, 162, 163 e 212 e que os valores do ICMS substituição tributária nele consignados foram recolhidos a favor do Estado da Bahia juntamente com ICMS/ST retido no mês de junho de 2009, no dia 09 de julho de 2009, no total de R\$660.361,23, através de Guia Nacional de Recolhimento de Tributos Estaduais - GNRE, consoante cópia de sua terceira via juntada às fls.87 do PAF.

Portanto, os documentos trazidos aos autos demonstram claramente que o sujeito passivo já se encontrava inscrito junto ao estado na condição de contribuinte substituto antes da ação fiscal, e que o ICMS relativo à mercadoria óleo lubrificante acobertada pela Nota Fiscal Eletrônica/DANFE nº65840, foi regularmente recolhido a favor do estado da Bahia, no dia 09 de julho de 2009, portanto, dentro do prazo previsto no citado Convênio 110/07.

Diante do exposto, voto pela IMPROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 2ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **IMPROCEDENTE** o Auto de Infração nº **110526.016909-1**, lavrado contra - **COSAN COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES S.A.**

Sala das Sessões do CONSEF, 09 de fevereiro de 2010

JOSÉ CARLOS BACELAR – PRESIDENTE

FRANCISCO ATANASIO DE SANTANA - RELATOR

ÂNGELO MÁRIO DE ARAÚJO PITOMBO – JULGADOR